

Diário Eletrônico do Ministério Público RS

Procuradoria-Geral de Justiça

End.: Av. Aureliano de Figueiredo Pinto, 80.

Porto Alegre / RS - 90050-190

Fone: (51) 3295 -1100

Porto Alegre, 04 de dezembro de 2012.

Edição nº 1072

Nesta edição:

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

Boletins	2
Editais.....	2

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Boletins de Pessoal	3
Súmulas de contratos.....	4
Avisos de licitações.....	5

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

Súmulas de convênios.....	5
Boletins.....	6



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 04 de dezembro de 2012.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 1072

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

BOLETIM N.º 554/2012

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, EDUARDO DE LIMA VEIGA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE:

REVOGAR

- a pedido, as Portarias n.º 3711/2007 e 614/2008, que autorizaram o Dr. JOÃO AFONSO SILVA BELTRAME, ID n.º 3442276, então Promotor de Justiça de Sobradinho, a residir na cidade de Santa Cruz do Sul/RS, sem ônus para o Estado e sem prejuízo de suas funções (PR.01129.00151/2012-8 - Port. 3856/2012).
- nos termos do Provimento n.º 22/2010, a contar de 08 de outubro de 2012, a Portaria n.º 1734/2012, que designou o Dr. ANDRÉ LUIS DAL MOLIN FLORES como Coordenador da Promotoria de Justiça de Gravataí (Port. 3873/2012).
- nos termos do Provimento n.º 22/2010, a contar de 25 de outubro de 2012, a Portaria n.º 1757/2012, que designou a Dra. CAROLINA BARTH LOUREIRO como Diretora Substituta da Promotoria de Justiça de Lagoa Vermelha (Port. 3874/2012).
- nos termos do Provimento n.º 22/2010, a contar de 24 de outubro de 2012, a Portaria n.º 1761/2012, que designou o Dr. PEDRO RUI DA FONTOURA PORTO como Coordenador da Promotoria de Justiça de Lajeado (Port. 3875/2012).
- nos termos do Provimento n.º 22/2010, a contar de 19 de novembro de 2012, a Portaria n.º 1846/2012, que designou o Dr. LEONARDO CHIM LOPES como Coordenador da Promotoria de Justiça de Rio Grande (Port. 3876/2012).

DESIGNAR

- com base no Provimento n.º 113/2012, para integrar o "NÚCLEO DE ATUAÇÃO EM QUESTÕES DESPORTIVAS" os seguintes membros: Dr. RENOIR DA SILVA CUNHA, Procurador de Justiça, ID n.º 3426955, como Coordenador; Dr. CESAR LUIS DA ARAÚJO FACIOLLI, Promotor de Justiça, ID n.º 3427331, como Coordenador Substituto; Dr. GUSTAVO DE AZEVEDO E SOUZA MUNHOZ, ID n.º 3353540, como representante titular da Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Porto Alegre; Dr. ALCINDO LUZ BASTOS DA SILVA FILHO, ID n.º 3427986, como representante suplente da Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Porto Alegre; Dr. LUCIANO DE FARIA BRASIL, ID n.º 3428206, como representante titular da Promotoria de Justiça de Habitação e Defesa da Ordem Urbanística de Porto Alegre; Dr. FÁBIO ROQUE SBARDELLOTTTO, ID n.º 3427609, como representante suplente da Promotoria de Justiça de Habitação e Defesa da Ordem Urbanística; Dr. ALEXANDRE SIKINOWSKI SALTZ, ID n.º 3427625, como representante titular da Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente de Porto Alegre; Dra. ANA MARIA MOREIRA MARCHESAN, ID n.º 3425835; como representante suplente da Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente de Porto Alegre; a Dra. ANDRÉA CECIM FORTES, ID n.º 3427102, como representante titular dos Juizados Especiais Criminais do Torcedor de Porto Alegre; Dr. GÉRON

LUÍS TEIXEIRA, ID n.º 3425061, como representante suplente dos Juizados Especiais Criminais do Torcedor de Porto Alegre (Port. 3863/2012).

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 04 de dezembro de 2012.

ISABEL GUARISE BARRIOS BIDIGARAY,

Promotora de Justiça,
Chefe de Gabinete,
Secretária-Geral.

BOLETIM N.º 555/2012

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, EDUARDO DE LIMA VEIGA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE:

PROMOVER

- por merecimento, para o cargo de 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Militar de Porto Alegre, de entrância final, a Dra. ANGELA CAREN DAL POS, 4ª Promotora de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Canoas, ID n.º 3428052 (PR.00034.00026/2012-8 - Edital 152/2012).

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 04 de dezembro de 2012.

MARÍLIA COHEN GOLDMAN,

Promotora-Assessora.

EDITAL N.º 476/2012 – PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados, em especial a representante Valquíria dos Reis Silva, na forma do § 2º do art. 16 do Provimento n.º 26/2008, que a Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre promoveu o arquivamento do IC n.º 01128.00091/2011, instaurado com o objetivo de averiguar a conduta de segurança da empresa ASGARRAS S/A Ltda, que, no dia 19 de fevereiro de 2011, por volta das 12h30, teriam agredido violentamente um homem no andar térreo do Mercado Público de Porto Alegre.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 04 de dezembro de 2012.

MARÍLIA COHEN GOLDMAN,

Promotora-Assessora.

EDITAL N.º 477/2012 – PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados, em especial Marilene Constante, na forma do § 2º do art. 16 do Provimento n.º 26/2008, que a Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre promoveu o arquivamento do IC n.º 01128.00077/2012, instaurado com o objetivo de averiguar



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 04 de dezembro de 2012.

www.mp.rs.gov.br

Edição n.º 1072

a possível falta de estrutura do PROCON de Porto Alegre para o atendimento da demanda.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 04 de dezembro de 2012.

MARÍLIA COHEN GOLDMAN,
Promotora-Assessora.

EDITAL N.º 478/2012 – PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados, na forma do § 2º do art. 16 do Provimento n.º 26/2008, que a Promotoria de Justiça Especializada de Vacaria promoveu o arquivamento do expediente PA n.º 00924.00049/2012, instaurado para apurar possíveis irregularidades no Loteamento Recanto dos Pinhais, em que requerente, entre outros, Priscila Armiliato do Amaral.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 04 de dezembro de 2012.

MARÍLIA COHEN GOLDMAN,
Promotora-Assessora.

EDITAL N.º 479/2012 – PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados, na forma do § 2º do art. 16 do Provimento n.º 26/2008, que a Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente de Porto Alegre promoveu o arquivamento do IC n.º 00833.00022/2012, instaurado para averiguar danos ambientais derivados da criação de porcos, sem licença ambiental, na Estrada das Quirinas, no bairro Lomba dos Pinheiros, em Porto Alegre, em que investigada Giane da Costa.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 04 de dezembro de 2012.

MARÍLIA COHEN GOLDMAN,
Promotora-Assessora.

EDITAL N.º 480/2012 – PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados, na forma do § 2º do art. 16 do Provimento n.º 26/2008, que a Promotoria de Justiça Especializada de Vacaria promoveu o arquivamento do expediente RD n.º 01128.00894/2012, instaurado para apurar a possível ocorrência de maus tratos e/ou exploração de pessoa idosa, em que requerente João da Silva Almeida.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 04 de dezembro de 2012.

MARÍLIA COHEN GOLDMAN,
Promotora-Assessora.

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

BOLETIM N.º 556/2012

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, DANIEL SPERB RUBIN, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE:

REVOGAR

- a Portaria n.º 3577/2012, que designou as Promotoras de Justiça, Dra. LILIANE DREYER DA SILVA PASTORIZ, Promotora-Assessora, ID n.º 3343790, Dra. CARLA SOUTO PEDROTTI, Promotora-Assessora, ID n.º 3433633, e Dra. VELOCITY MELO PIVATTO, Promotora-Assessora, ID n.º 3424413, e os Servidores, Sr. ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES, Diretor-Geral, ID n.º 1659944, e Sr. CARLOS ALBERTO CUNHA UMSZA, Subdiretor-Geral, ID n.º 3432661, para, sob a presidência da primeira e vice-presidência da segunda, comporem Grupo de Trabalho especialmente designado para elaborar, implantar e acompanhar Programa de Prevenção de Risco Ambiental no Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, em face dos motivos apresentados nos autos dos processos administrativos n.os PR.00596.00071/2011-6, PR.00681.00038/2011-1, PR.00832.00129/2011-6 e PR.00677.00133/2012-4 (Port. 3880/2012).

- a contar de 04 de dezembro de 2012, a Portaria n.º 193-9/2003, que designou o servidor DEMÉTRIUS ÁVILA OLIVEIRA, Agente Administrativo, ID n.º 3434001, para exercer a Função Gratificada de Assessor Especial I, FG-07, deste órgão (Port. 3915/2012).

- a contar de 03 de dezembro de 2012, a Portaria n.º 05-93/2005, que concedeu ao servidor DEMÉTRIUS ÁVILA OLIVEIRA, Agente Administrativo, ID n.º 3434001, Auxílio para Diferença de Caixa de 15% (quinze por cento) do respectivo vencimento básico, nos termos das Leis Estaduais n.os 6.331/71, 7.124/77 e 7.253/79 (Port. 3928/2012).

DESIGNAR

- as Promotoras de Justiça, Dra. VELOCITY MELO PIVATTO, Promotora-Assessora, ID n.º 3424413, Dra. LILIANE DREYER DA SILVA PASTORIZ, Promotora-Assessora, ID n.º 343790, e Dra. CARLA SOUTO PEDROTTI, Promotora-Assessora, ID n.º 3433633, e os servidores, Sr. ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES, Diretor-Geral, ID n.º 1659944, e Sr. CARLOS ALBERTO CUNHA UMSZA, Subdiretor-Geral, ID n.º 3432661, para, sob a presidência da primeira e vice-presidência da segunda, comporem Grupo de Trabalho especialmente designado para elaborar, implantar e acompanhar Programa de Prevenção de Risco Ambiental no Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, em face dos motivos apresentados nos autos dos processos administrativos n.os PR.00596.00071/2011-6, PR.00681.00038/2011-1, PR.00832.00129/2011-6 e PR.00677.00133/2012-4 (Port. 3881/2012).



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 04 de dezembro de 2012.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 1072

- a contar de 26 de novembro de 2012, os servidores MARLON ALMEIDA DOS SANTOS, Artífice - Eletromecânica, ID n.º 3438775, HENRIQUE MANDAGARA DE SOUZA, Agente Administrativo, ID n.º 3567354 e MARLON DA ROSA FEIJÓ, Agente Administrativo, ID n.º 3447553, para, sob a presidência do primeiro, compor a Comissão para Inventário de Bens da Unidade de Almoxarifado (Port. 3882/2012).

- a contar de 26 de novembro de 2012, os servidores CHRISTIAN BROD DA ROCHA, Assessor Especial I, ID n.º 3435040 e LUCAS BELMONTE MELLO, Assessor Especial II, ID n.º 3444864, para, sob a presidência do primeiro, compor a Comissão para Inventário de Bens da Unidade de Patrimônio (Port. 3883/2012).

- a contar de 04 de dezembro de 2012, a servidora LIDIANE SOARES SAIJA, Assistente de Procuradoria de Justiça, ID n.º 3391728, para exercer a Função Gratificada de Assessor Especial I, FG-07, deste órgão (Port. 3916/2012).

EXONERAR

- a pedido, a contar de 20 de novembro de 2012, o servidor RODRIGO BENDER MOREIRA, ID n.º 3434176, do cargo de Agente Administrativo, deste órgão, em virtude de posse em cargo público federal (Port. 3894/2012).

NOMEAR

- em caráter efetivo, devendo cumprir o estágio probatório, EDUARDO CANTORI ANTUNES, para exercer o cargo de Assessor - Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, Classe "R", em virtude de aprovação em concurso público, no qual obteve o sexto (6º) lugar na Lista de Classificação da Região da Fronteira Oeste (Port. 3835/2012).

- VIVIANE PACHECO CARDOSO, para exercer o cargo em comissão de Assessor de Procuradoria de Justiça II, CC-10, acrescido da gratificação de representação de 25% (vinte e cinco por cento), deste órgão (Port. 3860/2012).

- GUILHERME DAL CASTEL, para exercer o cargo em comissão de Assessor de Procuradoria de Justiça II, CC-10, acrescido da gratificação de representação de 25% (vinte e cinco por cento), deste órgão (Port. 3885/2012).

- em caráter efetivo, devendo cumprir o estágio probatório, CRISTIANO GASPERIN, para exercer o cargo de Assessor - Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, Classe "R", em virtude de aprovação em concurso público, no qual obteve o quinto (5º) lugar na Lista de Classificação da Região do Litoral (Port. 3925/2012).

- em caráter efetivo, devendo cumprir o estágio probatório, MARCELO LUIZ NUNES MELIM, para exercer o cargo de Assessor - Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, Classe "R", em virtude de aprovação em concurso público, no qual obteve o primeiro (1º) lugar na Lista de Classificação da Região dos Campos de Cima da Serra (Port. 3926/2012).

- em caráter efetivo, devendo cumprir o estágio probatório, JOÃO GARCEZ DE MORAES NETO, para exercer o cargo de Assessor - Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, Classe "R", em virtude de aprovação em concurso público, no qual obteve o terceiro (3º) lugar na Lista de Classificação da Região Sul (Port. 3927/2012).

CONSIDERAR

- habilitado para tomar posse, a contar de 19/11/2012, no

cargo de Assessor - Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, Classe "R", RODRIGO DE LIMA NUNES, tendo entrado em exercício em 03/12/2012.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 04 de dezembro de 2012.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

SÚMULA DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE OBRA E SERVIÇOS DE ENGENHARIA PROCESSO N.º 3155-09.00/12-8 CONVITE N.º 36/12

CONTRATADA: PORTOTEC CONSTRUTORA LTDA.; **OBJETO:** alteração da modalidade de garantia, prevista na cláusula terceira, item 3.1, do ajuste, para a constante do artigo 56, § 1º, inciso II, da Lei Federal n.º 8.666/93, qual seja, seguro-garantia; **FUNDAMENTO LEGAL:** artigo 65, inciso II, a, da Lei Federal n.º 8.666/93.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 28 de novembro de 2012.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

SÚMULA DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PROCESSO N.º 3781-09.00/12-1 PREGÃO ELETRÔNICO N.º 71/12

CONTRATADA: FINALIZA EDITORA E INDÚSTRIA GRÁFICA LTDA.; **OBJETO:** impressão de 5.000 (cinco mil) cartilhas; **VALOR TOTAL:** R\$ 10.050,00; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto 6420, Natureza da Despesa 3.3.90.39, Rubrica 3934; **FUNDAMENTO LEGAL:** Leis Estaduais 13.191/09 e 11.389/99, Provimentos PGJ/RS 33/08 e 47/05 e, subsidiariamente, Leis Federais 8.666/93, 10.520/02, Provimento PGJ/RS 54/02 e Decreto Estadual 42.434/03.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 26 de novembro de 2012.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

SÚMULA DO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL EM TAPEJARA PROCESSO N.º 11620-09.00/09-1

LOCADOR: JOÃO PEDRO NICOLodi E MAIRA BRUSCO NICOLodi; **OBJETO:** prorrogação, por 12 (doze) meses, a contar de 27 de novembro de 2012, do prazo de locação do imóvel situado na Avenida Sete de Setembro, n.º 1.170, loja 02, Centro, em Tapejara/RS; reajuste do valor da locação, a contar de 27 de novembro de 2012, de acordo com a variação



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 04 de dezembro de 2012.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 1072

dos últimos 12 (doze) meses do IGP-M/FGV, de 7,52%, resultando, assim, na quantia mensal de R\$ 2.229,27; **FUNDAMENTO LEGAL:** cláusulas segunda e terceira, parágrafo primeiro, do ajuste celebrado.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 30 de novembro de 2012.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

VALIDADE: 01 (um) ano; **FUNDAMENTO LEGAL:** Provimentos PGJ/RS n.os 40/04, 47/05 e 33/08, a Lei Federal n.º 10.520/02 e Lei Federal n.º 8.666/93, e pelas Leis Estaduais n.º 11.389/99 e 13.191/09.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 03 de dezembro de 2012.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

SÚMULA DE CONTRATO DE COMPRA E VENDA
PROCESSO N.º 2838-09.00/12-2
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 53/12

CONTRATADA: COMPANHIA DE MÓVEIS TRÊS S; **OBJETO:** aquisição de mobiliário abaixo descrito:

ITEM	DESCRIÇÃO, MARCA/ MODELO	QTD.	VALOR TOTAL
2	Arquivo de aço, conforme especificações do Termo de Referência, constantes no Edital.	60	R\$ 24.000,00
3	Armário de aço, vestiário, quatro portas, conforme especificações do Termo de Referência, constantes no Edital.	10	R\$ 3.640,00

VALOR TOTAL: R\$ 27.640,00; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto/Atividade 2746, Natureza da Despesa 4.4.90.52, Rubrica 5214; **FUNDAMENTO LEGAL:** Leis Estaduais 13.191/09 e 11.389/99, Provimentos PGJ/RS 33/08, 47/05 e 54/02 e, subsidiariamente, pelas Leis Federais n.º 8.666/93 e 10.520/02.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 03 de dezembro de 2012.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

SÚMULA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO N.º 2330-09.00/12-0
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 37/12

No dia 03 de dezembro de 2012, compareceu à Procuradoria-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, para registrar o preço e a respectiva quantidade, a empresa LTA RH INFORMÁTICA, COMÉRCIO, REPRESENTAÇÕES LTDA., vencedora do item abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA/ MODELO	QTD.	VALOR UNIT.
1	Estações de trabalho	DELL/ PRECISION T3600	70	R\$ 7.215,00

Aviso de abertura de licitação

Convite n.º 54/2012 (Processo n.º 004068-09.00/12-7) **Tipo** menor preço global. **Objeto:** contratação de serviço de engenharia, com fornecimento de materiais, para execução de reforma parcial no prédio das Promotorias Especializadas, situado na Rua Santana, 440 (4.º, 5.º, 6.º e 8.º andares), em Porto Alegre, conforme Convite e seus Anexos. **Data e horário de abertura:** 11/12/2012, às 14 horas.

Local: Rua General Andrade Neves, 106, 17.º andar, Centro, Porto Alegre (RS). **Edital:** <http://www.mp.rs.gov.br/licitacao/> **convite. Informações gerais:** e-mail, cplic@mp.rs.gov.br. Base legal: Lei n.º 8.666/93, e alterações.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 03 de dezembro de 2012.

LUÍS ANTÔNIO BENITES MICHEL,
Presidente da Comissão Permanente de Licitações.

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

SÚMULA DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO
AO CONVÊNIO N.º 27/2011
PR.00001.01773/2011-5

Signatários: Procuradoria-Geral do Estado do Rio Grande do Sul e Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul. **Objeto:** alterar a redação da cláusula primeira, acrescentar as letras "f", "g" e "h" ao inciso I da Cláusula Segunda, acrescentar as letras "c" e "e" ao inciso II da Cláusula Segunda e alterar a redação da Cláusula Terceira do Convênio n.º 27/2011, que visa à prestação de apoio ao projeto e à edificação da futura sede da PGE em Porto Alegre. **Prazo de vigência:** o presente Termo vigorará até 31-12-2014, ou até o término da obra. **Data da assinatura:** 01-10-2012. **Repasse e contrapartida:** as despesas decorrentes da ação conjunta serão de responsabilidade da PGE em relação àquelas providências vinculadas à edificação de sua sede própria em Porto Alegre, não envolvendo transferência de recursos, a qualquer título, e sem ressarcimento financeiro ao Ministério Público pelo apoio técnico ora conveniado.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 03 de dezembro de 2012.

MARCELO LEMOS DORNELLES,
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.



BOLETIM N.º 06/2012 – CAO-DH

O COORDENADOR DO CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, instaurou os seguintes Inquéritos Cíveis e Peças de Informação:

1) Inquérito Civil Público nº 00862.00003/2012 instaurado pela Promotora de Justiça Vanessa Saldanha de Vargas, da Promotoria de Justiça de Santa Cruz do Sul, com a finalidade de apurar a aplicação da Lei nº 5.847/2010, que dispõe sobre a colocação de piso tátil de orientação e alerta junto aos telefones públicos instalados no município.

2) Inquérito Civil nº 00862.00004/2012 instaurado pela Promotora de Justiça Vanessa Saldanha de Vargas, da Promotoria de Justiça de Santa Cruz do Sul, com a finalidade de apurar a aplicação da Lei nº 3.277/98, que dispõe sobre vagas para deficientes físicos em estacionamento, Lei nº 5.456/08 que cria o cartão de estacionamento para pessoas com deficiências e Resolução nº 304/08 do CONTRAN, que dispõe sobre as vagas de estacionamento destinadas exclusivamente a veículos que transportem pessoas portadoras de deficiência e com dificuldades de locomoção.

3) Inquérito Civil nº 00862.00005/2012 instaurado pela Promotora de Justiça Vanessa Saldanha de Vargas, da Promotoria de Justiça de Santa Cruz do Sul, com a finalidade de apurar a aplicação da Lei nº 05/L/91 que torna obrigatória a construção de rebaixamento junto às esquinas urbanas e Lei nº 5.436/08 que dispõe sobre a conservação do calçamento do passeio público do município.

4) Inquérito Civil nº 00864.00181/2011 instaurado pelo Promotor de Justiça João Marcos Adede Y Castro, da Promotoria de Justiça de Santa Maria, com a finalidade de investigar pessoas que moram em situação precária, em casas de contêiner, na Vila Brenner.

5) Inquérito Civil nº 00868.00009/2012 instaurado pelo Promotor de Justiça Heitor Stolf Júnior, da Promotoria de Justiça de Santa Rosa, com a finalidade de investigar as condições de higiene do Albergue Municipal.

6) Inquérito Civil nº 01234.00002/2012 instaurado pelo Promotor de Justiça Marcelo de Souza Gonzaga, da Promotoria de Justiça de Santana do Livramento, com a finalidade de apurar os fatos quanto aos serviços e estrutura oferecidos pelo Poder Público Municipal, de natureza residencial terapêutica para acolhimento e assistência a pessoas que sofrem de incapacidade.

7) Inquérito Civil nº 00858.00007/2012 instaurado pelo Promotor de Justiça Marcelo de Souza Gonzaga, da Promotoria de Justiça de Santana do Livramento, com a finalidade de averiguar a suposta falta de condições de acessibilidade do prédio da empresa Centro de Diagnósticos Unimagem em relação a serviços que presta.

8) Inquérito Civil nº 00858.00013/2012 instaurado pelo Promotor de Justiça Marcelo de Souza Gonzaga, da Promotoria de Justiça de Santana do Livramento, com a finalidade de apurar os fatos relativos à notícia de que o médico L A R atua

apresentando-se como especialista em psiquiatria, embora não possua especialidade em tal área.

9) Inquérito Civil nº 00858.00015/2012 instaurado pelo Promotor de Justiça Marcelo de Souza Gonzaga, da Promotoria de Justiça de Santana do Livramento, com a finalidade de apurar a adequação das condições assistenciais oferecidas pelo município, em favor da população de moradores de rua.

10) Inquérito Civil nº 00873.00002/2012 instaurado pelo Promotor de Justiça Júlio César Maggio Stürmer, da Promotoria de Justiça de Santo Ângelo, com a finalidade de investigar encaminhamento de paciente atendida pelo SUS, para consulta especializada, mediante “contraprestação” exigida pelo profissional, no município de Entre-Ijuís.

11) Inquérito Civil nº 00873.00021/2011 instaurado pelo Promotor de Justiça Júlio César Maggio Stürmer, da Promotoria de Justiça de Santo Ângelo, com a finalidade de apurar a regularidade do serviço de neurologia prestado pelo Hospital Santo Ângelo.

12) Inquérito Civil nº 00879.00007/2012 instaurado pela Promotora de Justiça Cinthia Menezes Rangel, da Promotoria de Justiça de São Borja, com a finalidade de apurar a necessidade de solução abrangente para a crescente demanda de idosos em situação de abandono e vulnerabilidade social.

13) Inquérito Civil nº 00879.00013/2012 instaurado pelo Promotor de Justiça Léo Mário Heidrich Leal, da Promotoria de Justiça de São Borja, com a finalidade de apurar a insuficiência de vagas para desintoxicação e tratamento para drogadição.

14) Inquérito Civil nº 00879.00016/2012 instaurado pelo Promotor de Justiça Léo Mário Heidrich Leal, da Promotoria de Justiça de São Borja, com a finalidade de investigar a renovação da composição do Conselho Municipal da Pessoa Portadora de Deficiência - CMPD.

15) Inquérito Civil nº 00881.00048/2011 instaurado pelo Promotor de Justiça Luiz Antonio Barbará Dias, da Promotoria de Justiça de São Francisco de Assis, com a finalidade de investigar a falta de funcionamento efetivo do Conselho da Comunidade de São Francisco de Assis.

16) Inquérito Civil nº 00884.00002/2011 instaurado pelos Promotores de Justiça Francisco José Borges Motta e Lisiane Villagrande da Fonseca, da Promotoria de Justiça de São Gabriel, com a finalidade de investigar o fornecimento de informações deficientes aos pacientes vítimas de acidente de trânsito com relação ao seguro DP VAT, por parte da Santa Casa e uso de recursos do SUS, por parte da Santa Casa, para custeio de despesas particulares de pacientes vítimas de acidente de trânsito.

17) Inquérito Civil nº 00888.00003/2012 instaurado pelo Promotor de Justiça Evertor Luís Resmini Meneses, da Promotoria de Justiça de São José do Norte, com a finalidade de investigar falta de acessibilidade do prédio onde funciona a Vigilância Sanitária.

18) Inquérito Civil nº 01/12 – instaurado pela Promotora de Justiça Débora Rezende Cardoso, da Promotoria de Justiça de São Leopoldo, com a finalidade de investigar a informação de que há extrema necessidade de que a rede SUS de São Leopoldo se torne referência à Gestante de Alto Risco, tendo



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 04 de dezembro de 2012.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 1072

como investigado o município de São Leopoldo.

19) Inquérito Civil nº 12/12 - instaurado pela Promotora de Justiça Débora Rezende Cardoso, da Promotoria de Justiça de São Leopoldo, com a finalidade de fiscalizar se estão ocorrendo irregularidades na prestação de serviço do SAMU de São Leopoldo.

20) Inquérito Civil nº 18/12 instaurado pela Promotora de Justiça Débora Rezende Cardoso, da Promotoria de Justiça de São Leopoldo, com a finalidade de investigar as denúncias de irregularidades, tendo como investigada a ALDEF – Associação Leopoldense de Portadores de Necessidades Especiais e Educacionais.

21) Inquérito Civil nº 23/12 instaurado pela Promotora de Justiça Débora Rezende Cardoso, da Promotoria de Justiça de São Leopoldo, com a finalidade de investigar a denúncia de graves irregularidades existentes no CAPS Adulto, tendo como investigado o município.

22) Inquérito Civil nº 24/12 instaurado pela Promotora de Justiça Débora Rezende Cardoso, da Promotoria de Justiça de São Leopoldo, com a finalidade de investigar se há ofensa à saúde pública decorrente do excesso de animais que vivem na residência, tendo como investigada M.M.W.

23) Inquérito Civil nº 102/12 instaurado pela Promotora de Justiça Débora Rezende Cardoso, da Promotoria de Justiça de São Leopoldo, com a finalidade de investigar a informação de que a Fundação Hospital Centenário está com falta de médicos cirurgiões para a realização da rotina e avaliações dos pacientes.

24) Inquérito Civil nº 112/12 instaurado pela Promotora de Justiça Débora Rezende Cardoso, da Promotoria de Justiça de São Leopoldo, com a finalidade de investigar as notícias veiculadas no Jornal Vale dos Sinos dando conta da longa espera para atendimento nos postos e centros de saúde do município.

25) Inquérito Civil nº 113/12 instaurado pela Promotora de Justiça Débora Rezende Cardoso, da Promotoria de Justiça de São Leopoldo, com a finalidade de investigar a denúncia realizada, dando conta que o investigado está provocando grave risco à saúde pública, pelo acúmulo de lixo em sua residência, tendo como investigado J.C.M.S.

26) Inquérito Civil nº 00894.00018/2012 instaurado pela Promotora de Justiça Dinamácia Maciel de Oliveira, da Promotoria de Justiça de São Luiz Gonzaga, com a finalidade de apurar possível omissão do Poder Público Municipal em relação à manutenção de entidade de acolhimento para idosos em situação de risco e vulnerabilidade social.

27) Inquérito Civil nº 00894.00021/2012 instaurado pela Promotora de Justiça Dinamácia Maciel de Oliveira, da Promotoria de Justiça de São Luiz Gonzaga, com a finalidade de apurar possível omissão do Poder Público Municipal em relação à falta de mobilidade/acessibilidade para pessoas com deficiência no trânsito local.

28) Inquérito Civil nº 00898.00016/2012 instaurado pelo Promotor de Justiça Rafael Russomanno Gonçalves, da Promotoria de Justiça de São Sebastião do Caí, com a finalidade de investigar a continuidade da prestação dos serviços de saúde à população local pelo SUS em caso de eventual fechamento

do Hospital São Pedro Canísio, em Bom Princípio.

29) Portaria nº 19/2012 emitida pela Promotora de Justiça Mariana de Azambuja Pires, da Promotoria de Justiça de Sapi-ranga, com a finalidade de apurar eventuais irregularidades na comunidade terapêutica Desafio Jovem Razão de Viver.

30) Portaria nº 20/2012 emitida pela Promotora de Justiça Mariana de Azambuja Pires, da Promotoria de Justiça de Sapi-ranga, com a finalidade de apurar eventuais deficiências na prestação de serviços pelo Hospital localizado na Rua Getúlio Vargas, nº 505.

31) Inquérito Civil nº 00903.00011/2012 instaurado pela Promotora de Justiça Bárbara da Costa Lange, da Promotoria de Justiça de Sapucaia do Sul, com a finalidade de investigar as condições de acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência no município.

32) Peças de Informação nº 00903.00008/2012 instauradas pela Promotora de Justiça Bárbara da Costa Lange, da Promotoria de Justiça de Sapucaia do Sul, com a finalidade de apurar a falta de médico no Postão do município.

33) Inquérito Civil nº 00907.00085/2012 instaurado pelo Promotor de Justiça João Paulo Fontoura de Medeiros, da Promotoria de Justiça de Soledade, com a finalidade de investigar possível irregularidade no que diz respeito à aquisição de medicamentos pelo município.

34) Inquérito Civil nº 00911.00148/2011 instaurado pela Promotora de Justiça Ximena Cardozo Ferreira, da Promotoria de Justiça de Taquara, com a finalidade de investigar possível irregularidade na cobrança de valores para expedição de carteiras de identidade, pelo Posto de Identificação do Instituto de Perícias do município.

35) Inquérito Civil nº 00913.00016/2011 instaurado pela Promotora de Justiça Aline Stefanello Segnor, da Promotoria de Justiça de Tenente Portela, com a finalidade de apurar possíveis irregularidades na concessão de benefícios assistenciais no Município de Vista Gaúcha, no exercício de 2008.

36) Inquérito Civil nº 00914.00010/2012 instaurado pelo Promotor de Justiça Vinicius de Melo Lima, da Promotoria de Justiça de Torres, com a finalidade de apurar carência de policiais civis no município.

37) Inquérito Civil nº 00914.00014/2012 instaurado pelo Promotor de Justiça Vinicius de Melo Lima, da Promotoria de Justiça de Torres, com a finalidade de apurar suposto descumprimento de ordem judicial no âmbito da saúde pública pela Secretaria Estadual de Saúde.

38) Inquérito Civil nº 00914.00102/2011 instaurado pela Promotora de Justiça Paula Ataíde Athanasio, da Promotoria de Justiça de Torres, com a finalidade de investigar condições de acesso de pedestres da faixa até o Campus da ULBRA.

39) Inquérito Civil nº 00916.00019/2011 instaurado pelo Promotor de Justiça Pablo da Silva Alfaro, da Promotoria de Justiça de Três de Maio, com a finalidade de apurar eventual ausência da contra partida estadual ao Programa de Assistência Farmacêutica Básica referente ao 3º trimestre do ano de 2005 e anos de 2006 e 2007, pela Prefeitura Municipal de Boa Vista do Buricá, no município de Independência.

40) Inquérito Civil nº 00916.00010/2012 instaurado pelo Promotor de Justiça Pablo da Silva Alfaro, da Promotoria de Justi-



ça de Três de Maio, com a finalidade de apurar a transferência parcial à Escola APAE de valor recebido pelo município de Três de Maio do FUNDEB, relativo aos anos de 2009 a 2012.

41) Inquérito Civil nº 00917.00026/2011 instaurado pelo Promotor de Justiça Simão Baran Junior, da Promotoria de Justiça de Três Passos com a finalidade de apurar o enterro de pessoas sem a devida emissão de atestado de óbito, bem como o atraso pelo Hospital de Caridade em emitir a declaração de óbito.

42) Inquérito Civil nº 00917.00054/2011 instaurado pelo Promotor de Justiça Simão Baran Junior, da Promotoria de Justiça de Três Passos, com a finalidade de apurar as providências tomadas para implementar políticas de acessibilidade de pessoas com deficiência nos municípios de Três Passos, Tiradentes do Sul, Esperança do Sul e Bom Progresso.

43) Inquérito Civil nº 00917.00056/2011 instaurado pelo Promotor de Justiça Simão Baran Junior, da Promotoria de Justiça de Três Passos, com a finalidade de acompanhar a implementação das normas de acessibilidade em edificações públicas ou privadas de uso coletivo, no município.

44) Inquérito Civil nº 00917.00057/2011 instaurado pelo Promotor de Justiça Simão Baran Junior, da Promotoria de Justiça de Três Passos, com a finalidade de acompanhar a implementação das normas de acessibilidade em edificações públicas ou privadas de uso coletivo no município de Bom Progresso.

45) Inquérito Civil nº 00917.00058/2011 instaurado pelo Promotor de Justiça Simão Baran Junior, da Promotoria de Justiça de Três Passos, com a finalidade de acompanhar a implementação das normas de acessibilidade em edificações públicas ou privadas de uso coletivo no município de Esperança do Sul.

46) Inquérito Civil nº 00917.00059/2011 instaurado pelo Promotor de Justiça Simão Baran Junior, da Promotoria de Justiça de Três Passos, com a finalidade de acompanhar a implementação das normas de acessibilidade em edificações públicas ou privadas de uso coletivo no município de Tiradentes do Sul.

47) Inquérito Civil nº 00917.00060/2011 instaurado pelo Promotor de Justiça Simão Baran Junior, da Promotoria de Justiça de Três Passos, com a finalidade de apurar a omissão da RGE e do poder público municipal em permitir a construção de moradias em área de risco, próximas a fio de alta tensão, nos municípios de Três Passos e Bom Progresso.

48) Inquérito Civil nº 00917.00061/2011 instaurado pelo Promotor de Justiça Simão Baran Junior, da Promotoria de Justiça de Três Passos, com a finalidade de investigar a cobrança de valores para a manutenção de caderneta (carteirinha da PSF) sob pena de negativa de atendimento médico pelo Consórcio Intermunicipal de Saúde do Noroeste do Estado do RS.

49) Inquérito Civil nº 00918.00005/2012 instaurado pelo Promotor de Justiça Luciano Alessandro Winck Gallicchio, da Promotoria de Justiça de Triunfo, com a finalidade de investigar possível pagamento de cirurgia para paciente que já era falecido, tendo como investigado J.E.M.S., então prefeito municipal do município.

50) Inquérito Civil nº 00928.00002/2011 instaurado pela Pro-

motora de Justiça Maria Fernanda Cassol Moreira, da Promotoria de Justiça de Vera Cruz, com a finalidade de apurar a regularidade na distribuição de exames entre os laboratórios de análises clínicas credenciados pelo SUS no âmbito do município.

51) Inquérito Civil nº 00929.00068/2011 instaurado pelo Promotor de Justiça Lucio Flavo Miotto, da Promotoria de Justiça de Veranópolis, com a finalidade de investigar a adequação de entidade de Longa Permanência de Idosos, no município.

52) Inquérito Civil nº 00929.00069/2011 instaurado pelo Promotor de Justiça Lucio Flavo Miotto, da Promotoria de Justiça de Veranópolis, com a finalidade de investigar a adequação de entidade de Longa Permanência de Idosos, no município.

53) Inquérito Civil nº 00929.00070/2011 instaurado pelo Promotor de Justiça Lucio Flavo Miotto, da Promotoria de Justiça de Veranópolis, com a finalidade de investigar a adequação de entidade de Longa Permanência de Idosos, tendo como investigada a Sociedade Beneficente Lar São Francisco.

54) Inquérito Civil nº 00929.00071/2011 instaurado pelo Promotor de Justiça Lucio Flavo Miotto, da Promotoria de Justiça de Veranópolis, com a finalidade de investigar a adequação de entidade de Longa Permanência de Idosos, no município.

55) Peças de Informação nº 00930.00094/2011 instauradas pela Promotora de Justiça Anelise Grehs Stifelman, da Promotoria de Justiça de Viamão, com a finalidade de investigar eventual risco aos passageiros da Empresa de Transporte de Coletivo de Viamão, decorrente do revestimento de surdinas colocadas no interior dos ônibus.

56) Peças de Informação nº 00930.00113/2011 instauradas pela Promotora de Justiça Anelise Grehs Stifelman, da Promotoria de Justiça de Viamão, com a finalidade de investigar depósito de resíduos sólidos (material de construção e vegetação cortada) em via pública.

57) Inquérito Civil nº 00931.00042/2012 instaurado pela Promotora de Justiça Gisele Moretto, da Promotoria de Justiça de Viamão, com a finalidade de fiscalizar o cumprimento, no município de Viamão, das obrigações pactuadas no Termo de Ajustamento de Conduta Acessibilidade celebrado entre a FEBRABAN, o Ministério Público Federal e os Ministérios Públicos dos Estados de São Paulo e de Minas Gerais, a cujos termos aderiu o Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, tendo como investigado Banco Bradesco S.A.

58) Inquérito Civil nº 00931.00043/2012 instaurado pela Promotora de Justiça Gisele Moretto, da Promotoria de Justiça de Viamão, com a finalidade de fiscalizar o cumprimento, no município de Viamão, das obrigações pactuadas no Termo de Ajustamento de Conduta Acessibilidade celebrado entre a FEBRABAN, o Ministério Público Federal e os Ministérios Públicos dos Estados de São Paulo e de Minas Gerais, a cujos termos aderiu o Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, tendo como investigado Banco do Brasil S/A.

59) Inquérito Civil nº 00931.00044/2012 instaurado pela Promotora de Justiça Gisele Moretto, da Promotoria de Justiça de Viamão, com a finalidade de fiscalizar o cumprimento, no município de Viamão, das obrigações pactuadas no Termo de Ajustamento de Conduta Acessibilidade celebrado entre a FEBRABAN, o Ministério Público Federal e os Ministérios



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 04 de dezembro de 2012.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 1072

Públicos dos Estados de São Paulo e de Minas Gerais, a cu-
jos termos aderiu o Ministério Público do Estado do Rio Gran-
de do Sul, tendo como investigada Caixa Econômica Federal.

60) Inquérito Civil nº 00931.00045/2012 instaurado pela Pro-
motora de Justiça Gisele Moretto, da Promotoria de Justiça de
Viamão, com a finalidade de fiscalizar o cumprimento, no mu-
nicípio de Viamão, das obrigações pactuadas no Termo de
Ajustamento de Conduta Acessibilidade celebrado entre a
FEBRABAN, o Ministério Público Federal e os Ministérios
Públicos dos Estados de São Paulo e de Minas Gerais, a cu-
jos termos aderiu o Ministério Público do Estado do Rio Gran-
de do Sul, tendo como investigado Itaú Unibanco S/A.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 03
de dezembro de 2012.

ALCEU SCHOELLER DE MORAES,

Promotor de Justiça, Coordenador,
Centro de Apoio Operacional dos Direitos Humanos.
De acordo.

MARCELOS LEMOS DORNELLES,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.